

MATERIALISMO/REALISMO LIBERTÁRIO E TEORIA SOCIAL LIBERTÁRIA

Organização Socialista Libertária (OSL)

A OSL defende, como abordagem teórico-metodológica para a análise da realidade social, o *materialismo ou realismo libertário* e a *teoria social libertária*, que vêm sendo elaborados com foco principalmente nos clássicos anarquistas, e estabelecendo certos diálogos com referenciais passados e presentes da esquerda socialista/comunista antiautoritária/libertária.[1]

Essa abordagem se diferencia dos pressupostos analíticos marxistas, pós-modernos, (neo)positivistas e, obviamente, liberais; ela não é sinônimo de determinismo econômico e nem recomenda qualquer pragmatismo da *realpolitik*, que implique o abandono de nossos princípios e de nossa identidade política.

MATERIALISMO/REALISMO LIBERTÁRIO

Em termos muito gerais, essa abordagem materialista ou realista sustenta que matéria é sinônimo de natureza (em sentido amplo) ou totalidade da realidade, ou seja, tudo aquilo que existiu e que existe no universo. A matéria/natureza/realidade está em permanente movimento, não em função de algum tipo de força exterior (Deus, por exemplo), mas pela sua própria dinâmica de ações e reações perpétuas.

A ciência, mesmo com todos os seus problemas e limites, foi a ferramenta encontrada para melhor compreender a matéria. Por meio de uma abordagem realista, ela pode tentar expressar em termos ideais (pelo pensamento) o desenvolvimento material e real da vida. É importante notar aqui que qualquer análise ou teoria sobre a realidade não é mais que uma tentativa de reprodução ideal de uma realidade material, de modo que a segunda deve ter sempre prioridade sobre a primeira. Ou seja, a realidade é mais importante que o pensamento sobre a realidade.

Esse método materialista libertário, realista libertário, é, ao mesmo tempo, experimental, compreensivo e crítico. Propõe analisar a realidade passada e presente de fenômenos ou fatos por meio da experiência, identificando a influência de variáveis e compreendendo as propriedades, relações diretas e indiretas entre eles; e mantendo sempre a abertura às críticas e autocríticas, e também às possíveis refutações oriundas das análises. E, sendo possível, ele propõe indicar, a partir desses resultados, aquilo que necessariamente ou provavelmente (em termos de probabilidade) deve acontecer.

TEORIA SOCIAL LIBERTÁRIA

Aplicada à análise da sociedade, essa abordagem materialista ou realista subsidia uma teoria social libertária. Teoria (social) é um conjunto coerente e articulado de instrumentos conceituais científicos que nos ajuda a analisar em profundidade a realidade e os fatos sociais. Essa teoria social libertária se baseia em um conjunto de procedimentos e pressupostos teóricos estabelecidos pela análise histórica da sociedade; propõe conciliar, dessa maneira, teoria e história. Apesar de vir sendo elaborada no campo anarquista, ela não se confunde com ideologia ou doutrina. Não substitui aquilo que foi ou que é (a realidade material), por aquilo que se gostaria (em termos ideológicos) que tivesse sido ou que fosse. E nem se pretende cientificamente neutra ou imparcial (negamos, portanto, o marxismo e o neopositivismo que sustentam tais posições).

Em linha com nosso método materialista/realista, a teoria social libertária usufrui criticamente da ciência, buscando compreender aquilo que foi (passado) e que é (presente), numa construção analítica (ideal) que pretende se aproximar de uma totalidade material (real) em movimento. Entendemos que essa aproximação é possível e que tal realidade não é impenetrável, incompreensível em sua totalidade, e nem resultado de múltiplos olhares ou narrativas (negamos, portanto, o subjetivismo e o pós-modernismo que sustentam tais posições).

A teoria social libertária propõe, especialmente quando se trata da sociedade moderna, uma análise sistêmica ou estrutural, com vistas à explicação de como essa sociedade se reproduz, se modifica e se transforma. E, para isso, indica a necessidade de compreender criticamente os conflitos sociais e o cenário em que se dão esses conflitos.

A compreensão dos conflitos sociais exige um entendimento das forças sociais em jogo (quais são essas forças, como elas se relacionam e se influenciam) e das relações de poder/dominação que resultam desse enfrentamento; exige, também, um conhecimento de como essas forças e relações contribuem para formar, reforçar ou modificar a sociedade.

Ela coloca, ainda, a necessidade de uma caracterização dos conflitos sociais e do papel que eles exercem na sociedade. Quando tratamos de um sistema/estrutura (sociedade), é fundamental identificar quais são os conflitos que podem ser solucionados mantendo a lógica sistêmica (conflitos não contraditórios), e quais são aqueles que só podem ser solucionados modificando a lógica sistêmica (conflitos contraditórios ou contradições). Quando um conflito não contraditório se resolve, há mudança; quando um conflito contraditório (contradição) se resolve, há transformação social.

A compreensão do cenário em que se dão os conflitos sociais exige um esforço para decompor as principais partes de uma sociedade ou sistema (quais são essas partes, como elas se relacionam e se influenciam). Uma sociedade conta com distintos níveis de complexidade e de profundidade de suas formações, relações sociais e atividades humanas. Conta com aspectos macro, meso e microsociais (da maior para a menor complexidade) e também com estrutura, conjunturas, ações humanas, discursos/pensamentos (da maior para a menor profundidade).

Em termos macrossociais, e tomando as formações e relações de maior profundidade numa sociedade, podemos dizer que um sistema possui uma determinada estrutura, a qual se divide em campos ou esferas e instituições sociais; e que, enquanto uma estrutura se mantém, num plano de menor profundidade se conformam diferentes conjunturas. Estrutura é o cenário composto pelo conjunto dos elementos (campos, instituições e relações) mais profundos e duradouros em uma sociedade; sua mudança em geral é mais lenta. Conjuntura é o cenário composto pelo conjunto de acontecimentos de curto prazo, aquilo que marca a vida social cotidiana; seus elementos são menos profundos e duradouros e sua mudança em geral é mais rápida.

Para a compreensão de cenários estruturais e conjunturais é preciso identificar as forças sociais que se institucionalizaram de maneira mais profunda, e que explicam, desse modo, a lógica do cenário, que pode ser pensado como um rio, que conta com um determinado curso das águas. Deve-se ter em mente que quando forças sociais operam num cenário, tal cenário não é neutro; ele possui uma lógica, uma dinâmica, que favorece a intervenção de certas forças e dificulta de outras. Normalmente, as forças que estão a favor da corrente (lógica estrutural) possuem mais facilidade para influenciar e se impor do que aquelas que estão contra a corrente.

Na compreensão materialista e realista dos conflitos e cenários, nossa abordagem sustenta que, frequentemente, é fundamental distinguir os fatos das ideias,

os elementos concretos dos abstratos, e priorizar os primeiros (fatos ou elementos concretos) em relação aos segundos (ideias ou elementos abstratos). Esse é o caso quando, conforme já mencionamos, priorizamos a realidade material (fato concreto) frente à representação ou interpretação que se faz dessa realidade (ideia abstrata). Ou quando, por exemplo, consideramos que as classes sociais existem, independente de as pessoas compreenderem esse fato, terem maior ou menor consciência de classe.

Obviamente, essa posição deve ser levada em conta de modo não determinista porque, em função da dinâmica ação-reação, as ideias, representações e conhecimentos, na medida em que são produzidos, e que se difundem na sociedade, possuem condições de se tornar fatos concretos e de influenciar a realidade social em todos os seus níveis.

Isso tem impacto tanto na análise dos conflitos sociais quanto do cenário em que se dão esses conflitos. E, por consequência, na maneira de compreender as mudanças e transformações sociais. Procedendo do mais factual e concreto que existe numa sociedade em direção ao mais ideal e abstrato, podemos dizer que, nessa análise das forças e relações sociais: a estrutura da sociedade é mais profunda/influente que a conjuntura; estrutura e conjuntura são mais profundas/influente que a ação humana (sendo que a ação coletiva tende a ser mais influente que a ação individual); e que a ação humana é mais profunda/influente que o pensamento ou o discurso (sendo que os pensamentos e discursos coletivos tendem a ser mais influentes que os individuais).

SOCIEDADE E CONFLITO SOCIAL

Em linha com esse desenvolvimento teórico podemos afirmar que a sociedade é um sistema ou estrutura composto de campos ou esferas e instituições; trata-se de uma totalidade dos indivíduos (que, são indissociáveis e interdependentes entre si, além de serem inconcebíveis fora dela), das relações sociais e do desenvolvimento humano que existe, articuladamente, numa comunidade.

Ao tomar a sociedade como unidade básica de análise, sustentamos que ela não pode ser reduzida à soma simples dos indivíduos (negamos, portanto, o liberalismo e o individualismo metodológico que sustentam tais posições). Mesmo nos afastando do determinismo, consideramos que as partes mais complexas da sociedade são as mais influentes. Ou seja, a sociedade normalmente exerce muito mais influência sobre o indivíduo do que o contrário, assim como os aspectos macrosociais frente aos microsociais.

A sociedade é um sistema em movimento, que se estrutura a partir de uma dinâmica de ações e reações, marcada por relações, influências, conflitos e contradições geradas na/pela própria sociedade. O conflito social é o fator que explica esse movimento (dinamismo). Ele se expressa de diferentes maneiras, tanto em momentos de paz quanto de guerra, em termos locais ou globais, de maneira contraditória ou não (negamos, portanto, as abordagens funcionalistas, que priorizam o consenso frente ao conflito).

A sociedade, suas partes (campos e instituições) e as relações entre elas se formam a partir do conflito entre forças sociais e das relações de poder. Sua reprodução se explica por meio da socialização, que se dá no seio do trabalho, da família, da vida social em geral. Suas mudanças e transformações se explicam pelas ações humanas, mas também por dinâmicas conjunturais e estruturais.

PODER E DOMINAÇÃO

Todos os indivíduos, sozinhos ou articulados com outros, possuem certa capacidade de realização (possibilidade de produzir uma força social), que, quando colocada em ação e, desse modo, passando a ter existência real ou material, conforma

uma força social (materialização da capacidade de realização; energia aplicada por indivíduos, grupos ou classes sociais em conflitos sociais para atingir determinados objetivos).

Forças sociais se enfrentam permanentemente em todos os níveis da sociedade, conformando relações de poder: equilíbrios temporários desses enfrentamentos, que acontecem quando certa(s) força(s) se sobrepõe(m) a outra(s). Tais relações subsidiam o estabelecimento de regulações e controles sociais.

A dominação é uma forma de poder marcada pelas hierarquias duráveis, em que alguns – indivíduo(s), grupo(s), classe(s) – se impõem sobre outros, decidindo, sem participação (em função de um monopólio maior ou menor das decisões), aquilo que diz respeito a muitos/as ou a todos/as, e usufruindo de privilégios. Ela envolve controle da força social, apropriação dos frutos do trabalho, relações de mando e obediência, violência, repressão, alienação etc., sempre em favor dos/as dominadores/as e em prejuízo dos/as dominados/as (discordamos, portanto, das abordagens que consideram poder e dominação sinônimos).

A dominação pode ter como base classe, gênero, raça, nacionalidade entre outros critérios; quando ela se estabelece em nível estrutural e sistêmico torna-se um sistema de dominação.

NOTA

1. Nossa escolha dos termos “materialismo” e “realismo” (que utilizamos aqui como sinônimos) se baseia, principalmente, nos clássicos anarquistas Mikhail Bakunin e Errico Malatesta. Bakunin se referiu à sua abordagem como “materialismo científico” e reivindicou o “método realista” para a análise da sociedade. Malatesta adotou uma abordagem que foi chamada de “realismo” por vários que estudaram sua obra. A escolha do termo “teoria social libertária” se fundamenta em Alfredo Errandonea, e na utilização que tem sido feita por pesquisadores associados ao Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA). Em ambos os casos (materialismo/realismo e teoria social), usamos o adjetivo “libertário/a” para marcar essa ascendência dos clássicos anarquistas e seu possível diálogo com outros integrantes da esquerda socialista e comunista antiautoritária. Importante reforçar que estamos muito cientes que Bakunin, Malatesta (assim como outros clássicos libertários e anarquistas, como Pierre-Joseph Proudhon, Piotr Kropotkin, Rudolf Rocker, Murray Bookchin, entre outros) possuem contribuições mais e menos adequadas, se tivermos em vista uma utilização contemporânea; e também que tais autores/as possuem entre si convergências e divergências, continuidades e rupturas. Quando os utilizamos, é importante ter duas coisas em mente: 1.) Essa utilização é crítica e seletiva e, por isso mesmo, não assumimos todas as posições (não somos bakuninistas, malatestianos, proudhonianos etc.); isso vale para todas as referências (autores/as, organizações etc.) mencionadas nas referências ao longo deste texto; 2.) Esse nosso diálogo crítico e seletivo com distintas fontes não implica ecletismo, mas a elaboração cuidadosa de uma abordagem libertária coerente, que não apenas tenha referência em anarquistas, mas que esteja em linha com as abordagens que entendemos ter, neste início de século XXI, os maiores potenciais para a análise da realidade.

*** Este texto foi composto com trechos do documento “Nossos Princípios e Estratégia Geral”.**



Este texto é parte do Programa Mínimo de Formação da OSL